

## ORDEM SOCIAL COMPETITIVA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: AS ORIGENS DO ESTADO SOCIAL SUECO.

RAMOS TORRES, Carlos Alberto. Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA).

**INTRODUÇÃO:** O desenvolvimento tardio da Suécia representa uma importante fonte de evidências que subsidiam a hipótese da relação entre ordem sociopolítica e desenvolvimento econômico. O propósito da pesquisa consiste em indagar sobre a emergência do quadro democrático competitivo sueco e seu papel na consecução do controle sobre os meios e fins da acumulação capitalista. Partimos do pressuposto que a ordem democrática competitiva serve de base para a conciliação entre crescimento econômico e equidade de classes e gênero, além da inserção externa soberana. A relevância da pesquisa justifica-se pela escassez de estudos na literatura latino-americana sobre desenvolvimento, que descrevam a emergência da ordem social sueca como elemento explicativo do seu desenvolvimento econômico.

**DESENVOLVIMENTO:** De forma geral, as teorias do desenvolvimento apontam à ativação política como consequência imediata do crescimento econômico, ou como um obstáculo para tal. Contrariamente, na perspectiva do Florestan Fernandes (1968), quem entende o processo de instauração de uma democracia competitiva como requisito para o desenvolvimento e inserção econômica soberana de um país atrasado. Contudo, a hipótese do Fernandes carece de exemplos concretos que possam corroborar tal relação.

No marco da pesquisa, identificou-se no caso da Suécia uma experiência de desenvolvimento que preenche tal lacuna teórica. Nesse sentido, resulta necessário identificar algumas particularidades estruturais da sociedade sueca de finais do século XIX: a) desde 1842 o país contava com um sistema escolar público de ensino básico; b) o 72% da população era rural em 1870; c) o padrão estrutural básico da economia antes de sua industrialização era a produção de madeira e produtos florestais (1850) e ferro (1870); d) as principais linhas de transporte ferroviário foram desenvolvidas pelo Estado até 1870; e, e) um quadro político sem minorias étnicas, religiosas ou culturais (sociedade menos propensa a “antagonismos irreconciliáveis”).

Então, **quando e como surge a democracia sueca como orientadora da economia? e, a partir de que ponto os assalariados são protagonistas do processo democrático?** Para responder essas duas questões deve se considerar, por um lado, a ausência de bases políticas para uma revolução violenta de transição, e por outro, três momentos de reformas graduais: **a)** As reformas de 1866 que mudaram a conformação do Parlamento sueco (*Riksdag*) para a forma Bicameral. Essa reforma reconheceu o surgimento de uma nova classe média industrial e comercial, mas, o direito a sufrágio continuou restrito apenas para homens com determinadas condições econômicas (TILTON, 1978). Podemos dizer que o fim deste primeiro momento de reformas se deu com a criação do Partido Trabalhista Socialdemocrata Sueco em 1889; **b)** As reformas de 1909 empreendidas pelo setor conservador: seu resultado foi a extensão do direito a voto nas eleições para o Parlamento (principalmente à classe média e a um grande número de trabalhadores), contudo, homens ricos ainda conseguiam emitir até 40 votos (TILTON, 1978); **c)** As reformas de 1917-21 que marcariam definitivamente a consolidação dos princípios parlamentares, a extensão do sufrágio para as mulheres e a extinção da plutocracia.

Resulta plausível considerar que este processo político foi a base para a posterior emergência do histórico acordo de *Saltsjöbaden* de 1936, um pacto entre sindicatos e empresários, que permitiu o nascimento de um robusto *Welfare-state* em troca de modestas reivindicações salariais por parte dos trabalhadores. Neste período a participação da indústria no PIB sueco passou a ser de quase 48%, e o crescimento do PIB per-capita permitiu o florescimento de um importante mercado interno, o que seria crucial para a inserção externa soberana da Suécia no mercado internacional.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS:** O processo de emergência democrática da Suécia teve condições diferenciadas de outros países da Europa. Por um lado, evidenciou-se a ausência de algum processo de Revolução violento, mas a realização de reformas graduais que foram impulsionadas principalmente com a ativação política da classe trabalhadora a través de diversos distúrbios massivos. De igual forma, a elite conservadora, frente à necessidade de evitar um processo revolucionário violento, preferiu “um mal menor” e cedeu às reivindicações democráticas. Isto significou a assunção da esquerda socialdemocrata e sua agenda progressista, a qual a partir de 1920 se tornaria mais universalista e atenderia as demandas populares: jornada de trabalho, redução da pobreza, previdência social, equidade de gênero, entre outras.

A experiência sueca permite concluir que, a partir da ativação política dos trabalhadores e sobre algumas condições favoráveis, sem necessidade de uma revolução violenta e mediante de reformas graduais, é possível que em um país periférico e dependente se consolide uma ordem social competitiva que permita as condições (ex-ante) para o desenvolvimento económico e a substituição da dependência pela interdependência.

#### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada**. Unesp, 2004.

FERNANDES, Florestan. *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*. 1.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

LOBELL, Håkan; SCHÖN, Lennart; KRANTZ, Olle. Swedish Historical National Accounts, 1800–2000: principles and implications of a new generation. **Scandinavian Economic History Review**, v. 56, n. 2, p. 142-159, 2008.

MADDISON, Angus et al. **Monitoring the world economy, 1820-1992**. Paris: Development Centre of the Organisation for Economic Co-operation and Development, 1995.

MOORE JR, Barrington. **Social Origins of Dictatorship and Democracy** (Boston: Beacon Press, 1966). **AMERICAN BAR FOUNDATION RESEARCH JOURNAL**, v. 290, p. 1985.

RUIN, Olof. Participatory democracy and corporativism: The case of Sweden. **Scandinavian Political Studies**, v. 9, n. A9, p. 171-184, 1974.

SCHÖN, Lennart. Sweden–Economic Growth and Structural Change, 1800-2000. **EH. net Encyclopedia**, 2007.

THERBORN, Göran et al. The working class and the welfare state: a historical-analytical overview and a little Swedish monograph. 1986.

TILTON, Timothy A. The social origins of liberal democracy: The Swedish case. **American Political Science Review**, v. 68, n. 2, p. 561-571, 1974